



PROCESSO N.º 01/11

DELIBERAÇÃO N.º 01/11 - COMED/PGUÁ APROVADA EM: 14 /04/2011

PARECER ANEXO Nº 03/11 APROVADO EM: 14 /04/2011

CÂMARAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ / ESTADO DO PARANÁ

**ASSUNTO: Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.**

CONSELHEIRA RELATORA: **FABÍOLA SOARES**

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2759/07, pelo seu Regimento Interno homologado pelo Prefeito através do Decreto Municipal 393/09 e tendo em vista o que consta na Portaria nº 001/11-COMED/PGUÁ, de 06 de abril de 2011, das Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas.

**D E L I B E R A:**

**Art. 1º** A presente Deliberação institui as Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo aos Estabelecimentos de Ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá-PR.

**Art. 2º** Essas Diretrizes representa os princípios e procedimentos que visam orientar os Estabelecimentos ligados ao Sistema Municipal de Ensino na sua organização, articulação e desenvolvimento, fundamentados na legislação educacional vigente.



**Art. 3º** A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com projetos político-pedagógicos que contemplem sua diversidade em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

**Parágrafo único.** Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o aluno participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do aluno.

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

**Art. 4º** As Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, tem como Princípios:

- I. Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- II. Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos



entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

- III.** Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

**Art. 5º** As Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação no Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, tem como objetivos:

- I** Assegurar uma educação de qualidade, garantindo o acesso, a apropriação do conhecimento e a formação da cidadania, como direito humano, superando as desigualdades socioespaciais, étnico-raciais, de gênero, geracionais e de pessoas com deficiência.
- II** Garantir a universalização do acesso e permanência com qualidade, da população do campo a Educação Infantil e Ensino Fundamental, respaldada pelos pressupostos de uma educação inclusiva.
- III** Criar uma Escola de Educação Básica com identidade própria para o aluno do campo;
- IV** Fomentar a construção de Projeto Político Pedagógico com a escola do campo, aproveitando o saber local, podendo apropriar do saber produzido, e de outros saberes;
- V** Valorizar o conhecimento dos diferentes sujeitos tanto da aprendizagem, quanto da própria produção de conhecimento: crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres;
- VI** Respeitar a heterogeneidade da relação desses sujeitos com a terra, com o mundo do trabalho e da cultura.
- VII** Vincular a educação do campo a um projeto de desenvolvimento, incluindo o povo como sujeito da construção de novas alternativas, baseadas na justiça social e na diminuição das desigualdades.



- VIII Incentivar e apoiar os programas e iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos do campo;
- IX Incluir a educação especial na proposta de educação do campo;
- X Incluir gradativamente a educação em tempo integral na proposta da educação do campo;
- XI Estabelecer parcerias visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional que direcionem as atividades curriculares e pedagógicas a um projeto de desenvolvimento sustentável;

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

**Art. 6º** As Escolas do Campo terão seus conteúdos idênticos aos dos currículos das demais Instituições rede municipal de ensino, no nível de ensino que atendem, garantindo a equidade educacional.

**Art. 7º** - A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral deverá promover adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

## CAPÍTULO I



## DA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Art. 8º** Os Projetos Político Pedagógicos das Escolas do Campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

**Parágrafo único.** Para observância do estabelecido neste artigo, os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do Campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidos e avaliados sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

**Art. 9º** As atividades constantes dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do Campo, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

**Art. 10º** Na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos deverá estar expresso o respeito às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações essenciais à organização da ação pedagógica:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar, às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, quando necessárias;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural;



- IV. visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.
- V. Fomentação a cultura do associativismo, cooperativismo, agricultura familiar e empreendimentos produtivos rurais, com base nos princípios da sustentabilidade.

**Art. 11** Em seu processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação dos projetos político-pedagógicos das Escolas do Campo deve-se estimular a autogestão, através do Conselho Escolar, para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo estabelecendo relações entre os profissionais da educação e a comunidade escolar.

**Art. 12** A organização do atendimento escolar deve seguir as peculiaridades locais e regionais, adequando o calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas, quando necessária, e a natureza do trabalho no campo quando houver essa característica na escola de educação do campo e quando o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar assim o determinar.

**Parágrafo Único** – As orientações para a matrícula dos alunos será definida na campanha de matrícula da rede municipal de ensino e atenderá aos critérios indicados nas diretrizes curriculares municipais para as Escolas do Campo dos níveis de ensino que atendem.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DO CAMPO

**Art. 13** Poderá haver adaptações na organização da Escola do Campo referente ao calendário escolar, adequando as características climáticas e econômicas a critério da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.



**Art. 14** A organização de turmas para as Escolas do Campo na educação do campo, aplicadas ao ensino fundamental, as turmas multisseriadas não deverá ultrapassar o número de 30 (trinta) alunos.

**Parágrafo Único** – Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma classe crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

**Art. 15** As escolas do Campo serão administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, através dos Departamentos de Ensino Fundamental e Estrutura e Apoio as Unidades Educacionais.

### **TÍTULO III**

#### **DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS**

**Art. 16** A rede municipal de ensino de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral desenvolverá políticas de formação, valorização e aperfeiçoamento profissional para os docentes que atuam em Escolas do Campo com características de educação do campo, priorizando:

- I** Desenvolver políticas de formação inicial e continuada que habilitem todos os professores para o exercício da docência nas Escolas do Campo e promover o aperfeiçoamento permanente dos docentes, articulando-os com as propostas de desenvolvimento local sustentável;
- II** Ampliar parcerias com Universidades, Instituições de ensino, pesquisa, extensão rural e ONG's objetivando capacitações direcionadas aos profissionais envolvidos com a educação do campo;
- III** Desenvolver parceria com Universidades para criação de cursos de graduação com currículo adequado às Escolas do Campo;
- IV** Estabelecer critérios destinados à seleção de docentes para as Escolas do Campo e programas de incentivo à sua permanência nessas instituições de ensino;



- V Especificar o processo de seleção de docentes para as Escolas do Campo priorizando o perfil, a formação específica e a experiência e que resida na comunidade.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 17** As demais orientações para a organização escolar atenderá aos critérios indicados nas diretrizes municipais para as Escolas do Campo dos níveis e modalidades de ensino que atendem.

**Art. 18** As escolas do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, em funcionamento na data da publicação desta Deliberação, deverão adequar seu Projeto Político- Pedagógico no prazo de 02 (dois) anos, no que couber.

**Art. 19** É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, acompanhar, instruir e orientar as Escolas do Campo da Rede Municipal do Sistema Municipal de Ensino, para que estas, realizem as adequações necessárias em seus projetos político-pedagógicos e regimentos.

**Art. 20** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Relação de Conselheiros que aprovam a proposta de Deliberação.

Cons. Fabíola Soares, Cons. Antonio Luiz Freitas Morato, Cons. Daniele Aparecida Ferreira, Cons. Fátima Oliveira Chagas Algodoal, Cons. Francielle de Souza Martins, Cons. José Ademos de Souza, Cons. Luciane Tavares de Miranda, Cons. Paula Regina Geraldo, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons. Tania do Rocio Rabij, Cons. Valdinéia Leopoldina Silva Meduna.





PROCESSO Nº 01/2011

PARECER Nº 03/2011 APROVADO EM: 14/04/2011

INTERESSADO: Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá

MUNICÍPIO DE: PARANAGUÁ / ESTADO DO PARANÁ

**ASSUNTO: Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.**

CONSELHEIRA RELATORA: FABÍOLA SOARES

## **I – RELATÓRIO**

### **Histórico**

A legislação educacional brasileira apresenta base legal para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo, possibilitando a adoção de diferentes formas de organização escolar. Vemos como uma de suas características mais presente as classes multisseriadas.

A educação do Campo no município de Paranaguá conta com quinze Escolas, sendo nove nas Ilhas com cento e setenta e um alunos matriculados e seis nas Colônias com cento e cinquenta e cinco alunos matriculados todos em classes multisseriadas, tendo vinte e três professores, uma Chefia das Escolas do Campo e uma Supervisora Técnico Pedagógica.

Em 2009, foi inserido o Programa Escola Ativa nas Escolas do Campo como ferramenta de trabalho inovador dentro da Educação, cujo objetivo é estabelecer fundamentos para orientar a implantação de novas Práticas Pedagógicas em classes multisseriadas, preparando educadores e gestores para atuar na realidade da Educação do Campo, oferecendo um ensino de melhor qualidade, respeitando, porém, a dinâmica social e cultural dos alunos e da comunidade, envolvendo todos no processo de compreensão e respeito ao meio em que vivem.

Torna-se necessário ressaltar que, muito mais que uma simples mudança de nomenclatura – rural para campo, a expressão educação do campo consistiu um dos traços marcantes do movimento que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no campo.



A Resolução CNE/CEB nº 01/02, em seu artigo 7º cita:

“É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.(...)”

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com projetos políticos pedagógicos que contemplam sua diversidade em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Na Resolução do CNE/CEB nº 04/10 vemos em seu artigo 36, parágrafo único:

“Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o aluno participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.”

Dá-se a orientação, através desta Diretriz, sobre a importância de que os projetos político-pedagógicos das escolas do campo da rede municipal de ensino sejam capazes de valorizar a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, bem como os avanços científicos e tecnológicos em sua organização de ensino.

## **II – DO MÉRITO**

Na garantia de um ambiente efetivamente democrático e em respeito ao pluralismo no campo do município, indica-se a institucionalização do Conselho Escolar do Campo enquanto instrumento de democratização da educação e da sociedade, que deverá tratar das características e especificidades das Ilhas e Colônias, elegendo o projeto político-pedagógico como seu eixo de ação.



### **III. VOTO DA RELATORA**

Considerando o exposto esta relatora vota pelo deferimento do pedido de forma permanente baseando-se na legislação das Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica 001/2002, 02/2008, 04/2010, 07/2010 e os Pareceres 04/2001, 23/2007, 03/2008, 11/2010.

É o Parecer.

### **IV. DECISÃO DAS CÂMARAS**

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto da Relatora.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 14 de abril de 2011.

Fabíola Soares

Presidente

Conselheiro Antonio Luiz Freitas Morato

Vice-Presidente



## CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



### ANEXO I

#### Número de Alunos da Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá - COLÔNIAS

Escola Municipal do Campo/Localidade	Quant. de Professores	Multisseriada	Pré -Ecolar	1ºAno /Turno	2ºAno/ Turno	3ºAno/ Turno	4ºAno/ Turno	5º ano/ 4º série/ Turno	TOTAL
1. Alvina Toledo Pereira/Rio das Pedras	2	SIM	x	5/T	4/T	5/M	x	6/M	20
2. Antonio Fontes/ São Luiz	1	SIM	x	2/T	1/T	5/M	x	2/M	10
3. Cipriano Librano Ramos / Colônia Pereira	2	SIM	x	6/T	3/T	7/M	6/M	5/M	27
4. José Chemure / Colônia Maria Luiza	1	SIM	x	5/T	x	8/M	x	4/M	17
5. Luiz Andreoli / Morro Inglês	1	SIM	x	4/M	2/M	2/M	x	5/M	13
6. Nazira Borges/ Km 19 do Distrito de Alexandra	4	SIM	10/T	12/T	8/T	22/M	X	16/M	68
<b>TOTAL</b>	11	6							155

#### Número de Alunos da Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá - ILHAS

Escola Municipal do Campo/Localidade	Quant. de Professores	Multisseriada	Pré -Ecolar	1ºAno /Turno	2ºAno/ Turno	3ºAno/ Turno	4ºAno/ Turno	5º ano/ 4º série/ Turno	TOTAL
1. Amparo / Amparo	1	SIM	x	6/T	5/T	8/M	x	14/M	33
2. Eufrasia / Eufrasia	1	SIM	x	4/T	1/T	4/M	x	4/M	13
3. Eulália M. da Silva / Teixeira	1	SIM	x	1/T	2/T	6/M		2/M	11
4. Nacar / Nacar	1	SIM	x	3/M	x	4/	x	3/M	10
5. Nova Brasília – Mel (Nova Brasília)	3	SIM	7/T	6/T	4/T	12/M	1/M	9/M	39
6. Piaçaguera / Piaçaguera	1	SIM	x	x	3/M	3/M	1/M	x	7
7. Ponta de Ubá/ Ponta de Ubá	1	SIM	x	2/M	x	1/	x	3/M	6
8. Tambarutaca/ Tambarutaca	1	SIM	x	3/T	4/T	5/M	x	8/M	20
9. Teodoro Valentim/ Mel (Encantadas)	2	SIM	4/T	10/T	4/T	8/M	x	6/M	32
<b>TOTAL</b>	12	9							171